



ASSOCIAÇÃO **O JOÃOZINHO**  
*Um amigo para a vida*

Exmo. Sr.  
Dr. António Oliveira e Silva,  
Presidente  
Conselho de Administração  
Centro Hospitalar de S. João, EPE  
Alameda Professor Hernâni Monteiro  
4202-451 Porto

Carta Registada com AR

Porto, 3 de Janeiro de 2019

**Assunto: Ala Pediátrica - Transferência da titularidade da obra da Associação Joãozinho para o Centro Hospitalar de São João (CHSJ)**

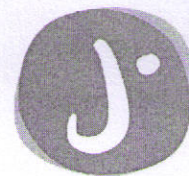
Exmo. Senhor Doutor,

Escrevo-lhe na sequência da sua carta de 5 de Dezembro e da nossa reunião de trabalho de 18 do mesmo mês.

1. Em finais de 2013, o Prof. António Ferreira, então presidente do CHSJ, pediu-me que assumisse a liderança do Projecto Joãozinho. Este Projecto, visando a construção da ala pediátrica do CHSJ por via mecenática, foi criado em 2009 no CHSJ, e V. Exa. - então director clínico do CHSJ e membro da sua administração - foi um dos seus mentores.
2. Em 13 de Janeiro de 2014, foi criada a Associação Humanitária "Um Lugar para o Joãozinho", visando autonomizar e conferir maior eficácia ao Projecto Joãozinho. Entre os seus associados fundadores estavam os membros do conselho de administração do CHSJ.
3. Nos meses que se seguiram, a Associação Joãozinho desenvolveu um trabalho intenso para angariação de mecenatas, celebrou Acordos de Mecenato, obteve autorização do Ministério da Saúde para realizar a obra e a oferecer ao CHSJ, foi-lhe concedido o estatuto de utilidade pública para esse fim e lançou o concurso de empreitada.







4. Em Junho de 2015 todo o Projecto Joãozinho, incluindo o plano financeiro para o pagamento da obra, foi submetido ao escrutínio do Tribunal de Contas, tendo obtido luz verde em Outubro desse ano.

5. A teia de relações, compromissos e intervenientes deste processo está resumida nos documentos seguintes: Resolução do Conselho de Administração do CHSJ de 5 de Dezembro de 2013; Registo Notarial de Constituição da Associação Joãozinho de 13 de Janeiro de 2014; Despacho N.º 4/2015 do Secretário de Estado da Saúde de 12 de Janeiro de 2015; Declaração de Utilidade Pública da Associação Joãozinho emitida pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social de 27 de Fevereiro de 2015; Acordo de Cooperação celebrado entre o CHSJ, a Associação Joãozinho e o consórcio Lucios-Somague de 17 de Julho de 2015; Decisão do Tribunal de Contas de 28 de Setembro de 2015; Contrato de Empreitada celebrado entre a Associação Joãozinho e o consórcio Lucios-Somague de 2 de Novembro de 2015, em cuja feitura o CHSJ teve uma intervenção activa; Acordos de Mecenato plurianuais celebrados entre a Associação Joãozinho e vários dos seus mecenas.

6. As obras da ala pediátrica do CHSJ começaram no dia 2 de Novembro de 2015, com o CHSJ a desocupar os serviços que funcionavam nas velhas construções existentes no local e a construtora a avançar com os respectivos trabalhos de demolição.

7. No dia 26 desse mês mudou o Governo e, a 11 de Dezembro, o CHSJ parou os trabalhos de desocupação do espaço, deixando no local, a funcionar, o Serviço de Sangue, situação que se mantém até hoje. Nenhuma explicação foi dada à Associação Joãozinho.

8. A construtora prosseguiu as demolições nos espaços entretanto libertados até que, chegando ao Serviço de Sangue, se viu forçada a suspender trabalhos por falta de frente-de-obra, conforme carta dirigida a esta Associação datada de 2 de Março de 2016.

9. Até à sua suspensão, a obra teve, portanto, uma duração efectiva de quatro meses. Os trabalhos realizados importaram em 513.684,65 euros, e estão integralmente pagos.

10. Desde essa data e até ao presente, a Associação Joãozinho desenvolveu múltiplas diligências junto de V. Exa., dos Secretários de Estado da Saúde, Manuel Delgado e Fernando Araújo, e do próprio Ministro da Saúde, Adalberto Campos Fernandes, para que o CHSJ cumprisse a cláusula 1.ª ("Cedência do espaço") do Acordo de Cooperação.







11. Relembro, em particular, um almoço de trabalho realizado no Porto a 27 de Setembro de 2017, presidido pelo Ministro da Saúde, em que estiveram presentes V. Exa., o presidente e a vice-presidente da ARS-Norte, o presidente do Conselho de Mecenias desta Associação e eu próprio. Ficou acordado que o espaço seria desimpedido e que a obra recomeçaria a 30 de Outubro seguinte com a presença do Ministro. Porém, nada do que ficou acordado aconteceu.

12. A última diligência que efectuei para este fim foi junto de V. Exa., em carta que lhe dirigi em 4 de Julho pp., reiterando o pedido para que libertasse o espaço, a fim de que os trabalhos pudessem prosseguir. A carta não obteve resposta.

13. Durante todo este tempo, a Associação manteve o estaleiro da obra no local à espera que V. Exa. mandasse desimpedir o espaço para que os trabalhos pudessem avançar, assim cumprindo aquilo a que o CHSJ se vinculou nos termos da Cláusula 1<sup>a</sup> do Acordo de Cooperação.

14. Na sua carta de 5 de Dezembro pp. vem V. Exa., invocando a Cláusula 7<sup>a</sup> ("Incumprimento do Acordo"), solicitar a devolução do espaço sob o argumento de que decorreram três anos e a Associação não fez a obra. Não sei como comentar.

15. É certo que, a partir do momento em que o Governo/CHSJ bloqueou a obra da Associação Joãozinho, passaram a surgir na comunicação social notícias de que a obra seria realizada pelo Governo/CHSJ e financiada por recursos públicos. Em breve, também, era anunciado o início da obra pelo Governo/CHSJ.

16. O primeiro anúncio do início da obra teve lugar em Janeiro de 2017 com parangonas nos jornais, v.g., "Governo liberta 21 milhões de euros para tirar crianças de contentores no S. João" (Público, 19/01/2017), dos quais 7 milhões ainda em 2017, e o restante em partes iguais nos dois anos seguintes. Na realidade, porém, dois meses depois, aquilo que veio do Governo foi um Despacho do Secretário de Estado da Saúde, Manuel Delgado, que mandava criar uma Comissão para avaliar a necessidade da obra e, em caso afirmativo, estudar as alternativas para o seu financiamento.

17. Em Junho de 2017, numa cerimónia que atraiu a comunicação social, novo anúncio do início da obra. Aproveitando a celebração do Dia Mundial da Criança foi assinado no CHSJ um Memorando de Entendimento entre o CHSJ, a ARS-Norte e a Autoridade Central dos Serviços de Saúde. Este Memorando anunciava o início das obras ainda em 2017 e o seu termo em 2019, e escalonava os seus pagamentos: 2,5 milhões de euros em 2017, 15,3 em 2018, 6,0 em 2019 para um total de 23,8 milhões de euros.







Assinavam o Memorando, pelo CHSJ, V. Exa., seu presidente; pela ARS-Norte, o seu presidente, Dr. António Pimenta Marinho; e pela ACSS, a sua presidente, Marta Temido. Nada do que foi anunciado aconteceu.

18. No início de Abril de 2018, um pai indignado com as condições de internamento do seu filho nos contentores que desde há quase 10 anos servem de ala pediátrica no CHSJ, veio a público e causou escândalo. Em meados desse mês, o Ministro da Saúde anunciou o início da nova ala pediátrica para daí a "duas semanas", o dinheiro (19,7 milhões de euros) já estando até no CHSJ, apenas faltando a autorização do Ministro das Finanças. Durante todo o Verão especulou-se sobre a chegada da autorização. Mas aquilo que em Setembro veio do Ministério das Finanças não foi a autorização, mas um Despacho conjunto com o Ministério da Saúde, a mandar o CHSJ abrir concurso para refazer o projecto de arquitectura. Foi o terceiro anúncio falso em menos de dois anos.

19. Por esta altura, em lugar de se ter avançado no sentido de proporcionar às crianças condições decentes de internamento, tinha-se dado um passo atrás. Em Março de 2016, quando a obra da Associação Joãozinho foi bloqueada pelo Governo/CHSJ, havia um projecto (datado de Julho de 2012) e uma obra em curso. Agora, sob o argumento de que o projecto estava "obsoleto" porque "tinha mais de 10 anos", nem projecto existe, porque o projecto revisto só é esperado no final do próximo mês de Abril. Mais recentemente, com o aparecimento de um "ante-projecto" no processo, deu-se mais um passo atrás. É desconcertante como é que o Governo/CHSJ conseguiu, apesar da urgência e do escândalo público dos últimos meses, fazer regredir uma obra que há três anos se encontrava em curso até à fase de ante-projecto, que é a fase em que ela presentemente se encontra. Neste processo auto-regressivo, o próximo e último passo só pode ser o de o Governo/CHSJ declarar que a obra não é necessária.

20. No passado dia 25, aproveitando a solenidade do Natal e a presença do Senhor Presidente da República no CHSJ, o Governo anunciou mais uma vez - a quarta, em cerca de dois anos - , através da Senhora Ministra da Saúde, o início da obra. Está agora previsto "até ao final do ano", não ficando excluído o risco de esta data derrapar. Ora, no final do ano, com toda a probabilidade, a Senhora Ministra já não será Ministra, pois as eleições legislativas estão marcadas para 6 de Outubro, não existindo então a possibilidade de a responsabilizar por mais uma promessa não-cumprida.

21. Em vista deste historial, estou hoje convencido que o objectivo deste Governo em relação à ala pediátrica do CHSJ, desde o início, foi o de não a fazer nem a deixar fazer. Estando o Governo a nove meses de terminar o seu mandato, está perto de o conseguir. Quanto a V. Exa., cujo mandato como presidente do CHSJ terminou no passado dia 31, o objectivo já foi conseguido, não fez nem deixou fazer.







22. A carta de V. Exa. de 5 de Dezembro, se outros méritos não tem, teve pelo menos os de dar centralidade e expor perante a opinião pública aquilo que o CHSJ e o Governo durante todo este tempo procuraram ocultar: que a construção da ala pediátrica do CHSJ já começou há quase três anos, que foi bloqueada pelo Governo/CHSJ, e que já estaria pronta e paga se o Governo/CHSJ não a tivesse bloqueado.

23. A Associação Joãozinho aproveita, por isso, esta oportunidade para declarar mais uma vez a sua total disponibilidade para prosseguir a obra que iniciou e a levar até ao fim, assim o CHSJ cumpra aquilo que assinou e desimpeça o espaço para que os trabalhos possam prosseguir.

24. Mas, no caso de ser o Governo/CHSJ a fazer a obra - um evento ao qual atribuo uma pequeníssima probabilidade - a Associação Joãozinho não será impedimento. Pelo contrário, propõe-se cooperar e acelerar a solução para que as crianças possam finalmente livrar-se das condições "miseráveis" e "indignas" em que se encontram há quase uma década, desde que sejam resolvidos de forma leal e cordata, e com satisfação mínima de todas as partes, os múltiplos compromissos envolvidos no Projecto Joãozinho.

25. Na qualidade de presidente desta Associação, ficar-me-á apenas a mágoa por uma maravilhosa iniciativa comunitária, à qual os portugueses prontamente estenderam a mão, ter sido boicotada pelos seus políticos. Talvez por ser maravilhosa de mais ao ponto de os fazer parecer mal.

26. Assim, e tendo em conta que:

- a) A obra está no terreno e pronta a ser recomeçada a todo o momento, e a Associação Joãozinho, nos termos contratuais, possui um crédito de dinheiro avançado à construtora, que precisa de ser materializado em obra, e ainda dinheiro em caixa que lhe foi consignado pelos mecenas para esse fim;
- b) Segundo declarações da Senhora Ministra da Saúde, o CHSJ/Governo só estará em condições de assumir os trabalhos cerca do final do ano;
- c) A fase em que a obra se encontra ("fase de estruturas") não é afectada pela revisão do projecto de arquitectura em curso, e que é esperada estar pronta em Abril,





27. Proponho a V. Exa., tendo como primeira prioridade a urgência em realizar esta obra, o seguinte:

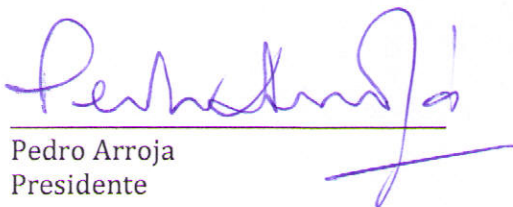
**(i) O CHSJ desimpede o espaço, retirando de lá o Serviço de Sangue, e a Associação Joãozinho avança com os trabalhos até o CHSJ estar em condições de os assumir, momento a partir do qual a obra passará a decorrer sob a titularidade do CHSJ e com financiamento público;**

**(ii) O CHSJ faz prova, em documento com a chancela do Ministério das Finanças, de que dispõe de cabimento orçamental para a continuação dos trabalhos sem qualquer interrupção;**

**(iii) O CHSJ assume a posição da Associação Joãozinho no contrato de empreitada que está em vigor.**

Fico à disposição de V. Exa. para prosseguir este assunto à sua conveniência de data e local.

Com os melhores cumprimentos

  
Pedro Arroja  
Presidente

C.C.:

- S. Exa. o Presidente da República, Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa.
- S. Exa. o Primeiro-Ministro, Dr. António Costa.
- S. Exa. o Presidente da Câmara Municipal do Porto, Dr. Rui Moreira.

